

História da ginástica no Brasil: da concepção e influência militar aos nossos dias*

Gymnastics history in Brazil: from conception and military influence to the present day

Marcelo Gomes da Costa

Programa de Doutorado em Ciências do Desporto na Universidade de Coimbra. Professor do Curso de Educação Física da Universidade Estácio de Sá. Mestre em Ciência da Motricidade Humana, UCB – Mestre em Educação, UNESA

João Marcos Perelli

Programa de Doutorado em Ciências do Desporto na Universidade de Coimbra. Professor do Curso de Educação Física da Universidade Estácio de Sá. Professor da Faculdade Mercúrio – FAMERC. Mestre em Ciência da Motricidade Humana, UCB – Mestre em Educação, UNESA

Leonardo J. Mataruna-dos-Santos

Coventry University, Centre for Trust, Peace and Social Relation - CTPSR

RESUMO

A Ginástica escreve um importante capítulo na história da humanidade e, sobretudo, da sociedade brasileira. O objetivo desse estudo foi compreender a importância do papel das instituições militares na sua implantação da ginástica no Brasil, e identificar as suas tendências assumidas ao longo do tempo. Concluiu-se que houve forte influência militar com predomínio dos ideários de eugenia e higiene na implantação e desenvolvimento da ginástica no País, somente sendo desvinculados nas últimas décadas do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Ginástica; Instituições Militares; História do Brasil

ABSTRACT

Gymnastic has marked an important chapter in the humanity history and, overall in the Brazilian Society. The aim of this study is to investigate the role of military institutions in the establishment of the gymnastic in Brazil and identify tendencies. In conclusion, military institutions played an important role in the development of the sport due to a predominance of eugenics and hygiene ideals, unlike the background just in the 20th Century.

KEYWORDS: Gymnastic, Military Institutions, History of Brazil

* Artigo recebido em 2 de abril de 2016 e aprovado para publicação em 4 de maio de 2016.



INTRODUÇÃO

Um dos importantes componentes da Cultura Corporal em nossos dias, perfilando os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (BRASIL, 1997), a Ginástica, que em seus primórdios foi considerada como o próprio significado da Educação Física (TUBINO; GARRIDO; TUBINO, 2007), encontra sua origem no Brasil intimamente ligada às Instituições Militares. Marinha, Exército e Polícia Militar deram o tom inicial da sua sistematização que, fruto das influências culturais, políticas, econômicas e científicas, ao longo da sua trajetória história, ampliou o seu acervo de expressões e objetivos sobre a motricidade humana. Atualmente, a Ginástica se faz presente em, no mínimo, cinco campos distintos: Ginásticas de Condicionamento (e Desenvolvimento Motor, que acrescentamos); Ginásticas de Competição; Ginásticas de Conscientização Corporal; Ginásticas Fisioterápicas e; Ginásticas de Demonstração (SOUZA, 1992).

No presente posicionamento pessoal, ao revisitar a sua história por intermédio dos registros e fontes bibliográficas acerca do tema, pretendemos descortinar as tendências assumidas pela Ginástica ao longo do tempo, como também, compreender e registrar quão importante foi a influência militar em sua concepção, propagação e desenvolvimento. Todavia, não temos a pretensão de assumir uma posição de verdade histórica absoluta, tampouco encerrar discussões em torno de seus delineamentos, mas sim, compreender as características de sua sistematização “utilitária” (de Condicionamento, Conscientização Corporal e Desenvolvimento Motor), desde a sua aceção pelas Forças Militares, passando por sua introdução e desenvolvimento no ambiente escolar, até a sua penetração nas associações e clubes, com o seu consequente desdobramento, crescimento e desenvolvimento para os atuais Centros de Condicionamento Físico (academias de ginástica, estúdios de exercícios físicos e similares).

BRASIL IMPÉRIO, GINÁSTICA, E O IDEÁRIO NACIONAL

A História da Educação Física institucionalizada no Brasil se inicia no período do

Império, se confundindo com a dos militares (CASTELLANI FILHO, 1988). Antes disso, no Brasil Colônia, a prática de atividades físicas se restringia às atividades de origem indígena, como: o arco e flecha; a natação; a canoagem; as corridas a pé, marchas e touzadas e; a equitação entre os índios e os primeiros colonizadores. Ao final desse período, em fins do séc. XVIII surgem algumas importantes publicações que caracterizavam o entendimento da Educação Física à época, bem como, a direção para qual apontavam (MARINHO, s/a).

Em 1787, o bacharel Luiz Carlos Moniz Barreto publica, em Lisboa, *Tratado de Educação Física e Moral dos meninos de ambos os sexos*, uma tradução do seu original, em francês. Neste, que talvez seja o mais antigo documento escrito em língua portuguesa dedicado à Educação Física, temas como eugenia, hereditariedade, alimentação, higiene, puericultura, concepção, gravidez e parto perpassavam os sete capítulos dessa obra, “que naturalmente vem ter ao Brasil, atendendo à nossa situação de Colônia”. À essa, outras três importantes publicações se ajuntam: *Tratado da Educação Física dos Meninos para o uso da Nação Portuguesa* (Lisboa, 1890), pelo Dr. Francisco de Melo Franco, escritor de renome, um ilustre mineiro graduado na Universidade de Coimbra; *Tratado da Educação Física dos Meninos para o uso da Nação Portuguesa* (Lisboa, 1891), publicado por ordem da Academia Real das Ciências por Francisco José de Almeida, estabelecendo uma distinção entre movimento e exercício para os padrões da época. Neste, sugere como um dos meios de trabalho físico a Ginástica, junto à luta, o jogo das barras, o jogo da bola, as corridas, a dança e a equitação, e; no início do séc. XIX, *Elementos de Higiene ou Ditames Teóricos para conservar a saúde e prolongar a vida*, do Dr. Francisco de Melo Franco (Lisboa, 1819) por ordem da Academia Real das Ciências, com capítulos dedicados à influência recíproca entre o moral e o físico (MARINHO, s/a, p.p. 18-20).

Com a chegada do Príncipe Regente, D. João VI, no Rio de Janeiro, capital do Vice-Reino do Brasil, à época, muitas das transformações, já em curso, começam

efetivamente a ocorrer. Assim, em 1808, ele dá início à criação de instituições significativas, em número e importância: Secretarias de Estado, Supremo Conselho Militar, Fábrica de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas, Imprensa Régia, Academia da Marinha, Escola de Medicina, Jardim Botânico, Escola de Belas Artes, Biblioteca Real, Arquivo Militar, Casa de Suplicação, Academia de Ciências Física, Matemáticas e Naturais, um banco de depósito, desconto e emissão que viria se tornar o Banco de Brasil, entre tantas outras (MARINHO, s/a, p.21). Dessas, duas possuem grande importância para a Ginástica: a Academia Real da Marinha e a Escola de Medicina. Para efeito de registro, essas e outras iniciativas deram maturidade ao desejo de Independência até que, em 7 de setembro de 1822, D. Pedro de Alcântara de Bragança, já Príncipe Regente do Brasil (nomeado em 1821 por D. João, antes do seu retorno a Portugal) proclama a Independência do Brasil, às margens do Riacho Ipiranga, tornando-se o primeiro Imperador do Brasil: D. Pedro I.

Segundo ARANTES (2008, p.1), os primórdios da Ginástica no Brasil decorrem da iniciativa de D. Maria Leopoldina e Leopoldina, Imperatriz-Consorte do Brasil, esposa de D. Pedro I. De origem austríaca, ao aportar em nossas terras, “trouxe consigo um grupo pequeno, porém, muito importante formado por cientistas e pela sua guarda pessoal. Esta guarda pessoal praticava exercícios que foram adotados pelos nossos soldados. A partir deste fato, a prática da gymnástica foi gradualmente ‘ganhando espaços’”.

A criação da Academia Real dos Guardas-Marinhas na cidade do Rio de Janeiro, em 1808 (atual Escola Naval), inaugurou o estudo superior no Brasil. A formação dos oficiais, que contou com a participação de alunos estrangeiros (franceses, ingleses e portugueses), para além das aulas teóricas, incluía aulas práticas das artes do marinheiro, exercícios militares e embarques, e ainda, atividades de caráter formativo, direcionadas à guerra que tinham o sentido esportivo, como o manejo de armas, a equitação e as instruções pertinentes à preparação dos equipamentos e pilotagem de embarcações à vela. “Desse modo, pode-se

atribuir às Forças Armadas, em particular à Marinha do Brasil, o papel precursor do desenvolvimento dos esportes no Brasil, sobretudo quanto ao tiro, à esgrima, ao hipismo e à vela. Estas práticas esportivas ocorriam de forma lúdica ou em exibições e encontros amistosos” (GARRIDO; LAGE in DACOSTA, 2005, p.131).

De acordo com Cancellaria; Santos (2012, p.3), com o objetivo de atender à demanda dos serviços militares, a prática de atividades físicas regulares passou a se fazer presente na preparação militar desde o século XIX. Com o Decreto nº 2.163, de 1º de maio de 1858, a Academia da Marinha se transformou em Escola da Marinha e, dentre as reformulações curriculares experimentadas, estabeleceu novas práticas de preparação: “*esgrima, uma vez por semana; ginástica, uma vez por semana; natação, duas vezes por mês e aos domingos, antes da missa*” (MARINHO, s/a, p.25 – grifo nosso). Um pouco mais tarde, o Decreto nº 4.720, de 22 de abril de 1871, regulamentou a Escola da Marinha, ratificando a Ginástica como prática obrigatória para aos aspirantes (CANCELLARIA; SANTOS, 2012). Posteriormente, o Decreto nº 9.611, de 26 de junho de 1885, reuniu a Escola da Marinha e o Colégio Naval em uma única Instituição, a Escola Naval, “*mantendo os exercícios de ginásticas, a natação e a esgrima*” (MARINHO, s/a, p.29).

Decorrente de um processo de modernização da Marinha do Brasil, “*iniciado em 1906 sob as ações do Ministro da Marinha, Almirante Alexandrino Faria de Alencar retomando algumas propostas de seu antecessor, Almirante Júlio César de Noronha, foram levantadas necessidades fundamentais pertinentes ao preparo físico e técnico do pessoal de bordo decorrentes do processo de modernização da Marinha e da introdução da nova tecnologia a vapor. Nesse contexto, emergiram discussões sobre a necessidade de introdução das atividades ‘gymnásticas’ de forma mais regular na instituição, visando à manipulação dos novos tipos de maquinário que compunham os navios. Como resultado, Cancellaria (2011) cita o importante artigo de Alfredo Colonia (COLONIA, 1910) “propondo a criação de uma Escola de Gymnastica no Corpo de Marinheiros que teria*

como alunos sargentos e cabos em um curso com parte teórica e prática, saindo estes diplomados como monitores de ginástica com responsabilidade de divulgar os jogos e a ginástica sueca pelas escolas e navios da Marinha do Brasil” (CANCELLA, 2011, p. 6).

Na esteira desse processo, foram inauguradas outras instituições militares destinadas ao estudo e formação em Educação Física, onde podemos destacar a Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo e a Escola de Educação Física do Exército (DACOSTA, 2005; CASTELLANI FILHO, 1988; RAMOS, 1982).

Em 1809, o D. João VI cria a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia da Corte, “com a finalidade de promover a segurança e a tranquilidade da população, coibir a desordem e o contrabando”. Em 1831, na Assembleia Provincial da Província de São Paulo, seu presidente, o Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, sanciona lei criando o Corpo de Municipais Permanentes, fundando aí, a futura Polícia Militar do estado de São Paulo que, posteriormente, “passou a liderar a doutrina e as práticas das atividades físicas no âmbito das forças policiais” (BOUÇAS; RABELO; LACERDA in DACOSTA, 2005, p.136). No início do século XX, mais precisamente em 9 de março de 1910, foi formalmente constituída a Escola de Educação Física da Polícia Militar de São Paulo (EEFPM), a primeira Escola de Educação Física do Brasil (*ibid*, p.138).

Criada em 1810, a Real Academia Militar formava os oficiais em diversas Armas, bem como engenheiros, geógrafos e topógrafos, onde eram ministrados os cursos de Cavalaria, Infantaria e Engenharia. Com a Independência do Brasil, fundiu-se com a Academia Real dos Guardas-Marinhas, formando a Academia Militar e de Marinha. Em função de não ter obtido os resultados esperados, o decreto de 22 de outubro de 1833 separa as duas Instituições novamente, regulando provisoriamente a Academia Militar da Corte (MOACYR, 1936). Em 1840, viria se denominar Escola Militar, sendo transferida para as dependências do Forte da Praia Vermelha, a partir de 1858 (DACOSTA, 2005).

A reorganização do ensino militar, em 1860, conduziu o Alferes do Estado-Maior da 2ª classe, Pedro Guilhermino Meyer, ao

posto de contramestre de Ginástica da Escola Militar (MARINHO, s/a). “No Depósito de Aprendizes Artilheiros situado na Fortaleza de São João, ginástica, esgrima e natação se tornaram obrigatórias” (ALMEIDA, 2010). Influenciado pelo grande número de imigrantes alemães, no Brasil, que continuavam com o hábito regular da prática de atividades gímnicas, bem como, pela influência inicial dos oficiais e soldados prussianos da Guarda Imperial da nossa Imperatriz, o Método Alemão de Ginástica foi introduzido como o primeiro sistema de Ginástica, no Brasil, baseado nos exercícios sistematizados de Jahn, oficialmente adotado até 1912 (MELO, 1996; CASTELLANI FILHO, 1988; MARINHO, 1982, MARINHO, s/a). De nacionalidade alemã, Meyer muito deve ter contribuído para a introdução e desenvolvimento deste.

Na continuidade desse processo de amadurecimento do Exército Brasileiro (EB), a criação do Centro Militar de Educação Física (CMEF), no início do séc. XX, possibilitou a sua posterior transformação para Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), por intermédio do Decreto 23.252, de 19 de outubro de 1933, “dando-lhe nova organização, atualizando seus currículos e ampliando os seus objetivos” (SOEIRO; PINHEIRO in DACOSTA, 2005, p.129), instituição essa que muito contribuiu para o desenvolvimento inicial da Educação Física, no Brasil, ampliando seu escopo como Escola de Formação em Educação Física para além do seu efetivo, incluindo membros das Polícias Militares de todo o Brasil e civis (*ibid*, p.136).

Inúmeras outras corporações militares foram criadas e influenciadas por três essas precursoras. Em todas essas Instituições, por conta de uma política de Estado, os objetivos maiores sempre giraram em torno de um projeto de nação baseado nos ideários de eugenia e higiene.

A imigração, e conseqüente miscigenação de raças, suportava o desejo de melhoria da raça brasileira. D. Pedro I foi o primeiro a defender essa tese, endossando a ideia de sua esposa em trazer grupos de colonos alemães, pois enxergava nisso a possibilidade de promover a eugenia da raça brasileira, como também, uma oportunidade para “importação de gente laboriosa, de hábitos euro-

peus e cultura mais adiantada que a nossa" (MARINHO, s/a, p.39). Contudo, o debate racial da eugenia não se restringia à etnia e ao conseqüente "embranquecimento" da raça brasileira. Envolveva outras questões, "*como constituição física, força individual e coletiva de uma nação*" (GÓIS JÚNIOR, 2013, p.143), encontrando na imigração de outros povos europeus – especialmente de alemães e franceses – e na prática da Ginástica, grandes aliados na direção desse projeto.

A análise da produção intelectual realizada, no Brasil, entre o final do séc. XVIII até o início do século XX endossa esses ideários (MARINHO, s/a). Procedendo-se à análise dos manuais e livros estrangeiros, importados e traduzidos, bem como, da produção nacional destes e das teses oitocentistas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ), "*instituição que na visão de José Gondra, formulou um projeto de educação escolar para o Brasil, onde se pode notar a presença dos exercícios gymnásticos*" (GONDRA, 2000 in CUNHA JUNIOR, 2008, p.61), os conceitos de eugênico e higienista estão bem demarcados.

Uma das primeiras teses sobre Ginástica no Brasil, intitulada *Generalidades acerca da Educação Physica dos meninos*, de autoria do médico mineiro Dr. Joaquim Pedro de Mello, data de 1846. Nessa, Mello destacou a importância da prática regular de exercícios físicos por intermédio da Ginástica, e teceu críticas à falta de interesse e intervenção do governo brasileiro sobre a Educação Física Escolar. Consta que sua Defesa de Tese foi presenciada por D. Pedro II, à época, Imperador do Brasil. Outras duas importantes teses reforçam o pensamento ideário predominante: a de Afrânio Peixoto, médico baiano que fez carreira no Rio de Janeiro, membro da Academia Brasileira de Letras, professor de História da Educação e Reitor da Universidade do Brasil, um dos que bem representava o pensamento em defesa do "embranquecimento" da raça brasileira por intermédio da mestiçagem e; a do médico mineiro João da Matta Machado, um dos principais apologistas de uma Ginástica com mentalidade científica, médica e higienista, nas escolas (GÓIS JÚNIOR, 2013).

Associada à oficialização do Sistema Alemão de Ginástica na Escola Militar, a

multiplicação e propagação de inúmeras Sociedades (civis) de Ginástica criadas pelos alemães e as inúmeras publicações nacionais e estrangeiras em torno do tema, em especial, a publicação da tradução do *Novo Guia para o Ensino da Ginástica nas Escolas Públicas da Prússia*, em 1870, por ordem do Ministro do Império, impulsionaram a inclusão da Ginástica nas escolas primárias da Corte, em meados do século XIX (ARANTES, 2008), com a conseqüente adoção desse método. Dessa forma, para além de sua presença no âmbito militar e como prática social já estabelecida, a Ginástica alcançava o sistema escolar civil da época.

Em 1837, "um dos anos mais fecundos para as iniciativas educacionais", o Deputado pela Província da Bahia, Antônio Ferreira França, apresenta projeto para criação de uma "sociedade escolar" e, na continuidade, obtém autorização para criação da "escola primária superior", onde introduz a Ginástica como 'cadeira' (disciplina) integrante da instrução primária (MARINHO, s/a, p.23-24).

Nesse mesmo ano, é fundado o Colégio D. Pedro II (CPII) (CARDOSO, 2003), com o objetivo de servir à elite da capital com uma formação diferenciada, que incluía a Ginástica, junto com a Música e o Desenho, como disciplinas de seu currículo escolar, que teve em Guilherme Luiz Taube, ex-Capitão do Exército Imperial, como o primeiro professor de Ginástica, em 1841 (GÓIS JUNIOR, 2013). Alguns anos após a saída de Taube, Pedro Guilhermino Meyer, o mesmo que havia sido alçado anteriormente a contramestre de Ginástica da Escola Militar, assumiu a direção das lições de Ginástica do CPII, encaminhando uma grande demanda de compra de aparelhos de Ginástica ao Ministro do Império, consolidando cada vez mais o formato ginástico das aulas de Educação Física no colégio (CUNHA JUNIOR, 2008). Coadunamos com a percepção de Cunha Junior de que os militares contribuíram para além da direção das lições de Ginástica e de Educação Física, mas também na organização didática e na elaboração dos recursos materiais, aparelhos e utensílios, utilizados nas aulas.

Sancionada em 1854 pelo Ministro do Império, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, a Reforma Couto Ferraz, apresentada por

este, quando ainda Deputado, na Assembleia Geral Legislativa, em 1851, instituiu o Regulamento da instrução primária e secundária do Município da Corte, que tornou obrigatória a Educação Física nas escolas da capital da Corte, estabelecendo a Ginástica como disciplina obrigatória para o ensino primário (LIMA, 2012; MARINHO, s/a). De início, houve resistência popular quanto à prática da Ginástica por parte das meninas, muito provavelmente em decorrência da associação, dessa, com as instituições militares (LIMA, 2012), o que, muito provavelmente, estimulou a publicação do Decreto nº 7.654, de 06 de março de 1880, que baixou novo regulamento para a Escola Normal de Municípios da Corte, instituiu para a 5ª série princípios de educação física, intelectual, moral e cívica e esclareceu que para a Ginástica haveria um 'mestre' e uma 'mestra' (MARINHO, s/a).

Rui Barbosa um entusiasta e defensor da prática escolar da Ginástica, é reconhecido por MARINHO como "O Paladino da Educação Física no Brasil" (MARINHO, 1980). Advogado e Político de grande expressão, entre as décadas finais do Império e as décadas iniciais da República, Rui emitiu Pareceres fundamentais para as Reformas do Ensino Primário, Secundário e Superior, originários da análise do Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, "que reformava o ensino primário e secundário no município da Corte e o ensino superior em todo o Império" (MORMUL; MACHADO, 2013, p.280), "influindo decisivamente para que a Educação Física encontrasse ambiente favorável ao seu desenvolvimento no campo educacional" (MARINHO, s/a, p.27).

"Em Rui, encontramos o precursor de ideias fundamentais, que, no âmbito da Educação Física, podem ser assim, consubstanciadas: (... c) distinção entre os exercícios físicos para os alunos (ginástica sueca) e para alunas (calistenia), de modo que a mulher praticasse atividades compatíveis com as características de seu sexo, a harmonia das formas feminis e as exigências da maternidade futura; d) prática de exercícios físicos pelo menos quatro vezes por semana, durante 30 minutos, devendo ser professada a ginástica exclusivamente

higiênica e pedagógica, sem caráter acrobático; e) valorização do professor de Educação Física, dando-lhe paridade, em direitos e vencimentos, categoria e autoridade, aos demais professores; f) preferência nas nomeações e acessos, aos professores que tivessem habilitação no ensino da ginástica escolar, quando em igualdade de condições com os demais ...]" (MARINHO, 1980, p.164)

Em 1888, Pedro Manuel Borges publica *Manual Teórico-Prático de Ginástica Escolar (Elementar e Superior)*, destinado aos professores das escolas, liceus e colégios, cujo conteúdo encontrava-se alicerçado no Método Sueco, que começava a disseminar-se nas escolas. Assim, o Método Alemão ficou restrito às instituições militares. Junto com Rui Barbosa, Manuel Borges firmou importante posição em defesa da obrigatoriedade da Educação Física nas escolas (MARINHO, s/a).

BRASIL REPÚBLICA, A PRÁTICA SOCIAL DA GINÁSTICA E A FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

As reformas educacionais que incluíram a Ginástica na escola no início do Brasil República (BETTI, 1991), a posterior inclusão da Educação Física na Constituição brasileira, tornando-se obrigatória no ensino secundário (RAMOS, 1982) e a adoção dos métodos ginásticos oriundos das escolas alemã, francesa e sueca, sob a influência dos militares (MARINHO, 1982) numa perspectiva eugenista/higienista (DARIDO; RANGEL, 2005), contribuíram para a disseminação de uma cultura da Ginástica.

Com a grande imigração alemã para o Rio Grande do Sul (RS) na segunda década do século XIX, em função de um clima mais favorável para sua adaptação, houve a criação de centenas de associações com variados propósitos, dentre essas, 47 eram dedicadas à prática da Ginástica (*Turnverein*), fenômeno este que se reproduziu em outras regiões do País (TESCHE in DACOSTA, 2005). Suas características originais perduraram até o final da quarta década do século XX quando, por força do Decreto-Lei nº 383, de 18 de abril de 1838, essas sociedades de Ginástica foram nacionalizadas.

Após o domínio inicial do Sistema Alemão de Ginástica, “a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a chegada da Missão Militar Francesa ao Brasil contribuíram para que o método alemão perdesse, em nosso país, o caráter oficial que até então gozava, sendo substituído pelo método francês” (MARINHO, s/a, p.40).

A chegada da Missão Militar Francesa (MMF) ao Brasil foi estimulada por duas principais razões: o despreparo do EB e a evolução da Primeira Guerra, na qual a França saiu-se vitoriosa. Em sua estada por aqui, a MMF muito contribuiu para a mudança de paradigma metodológico na Educação Física nacional, especialmente nas forças militares, que passaram a adotar o método francês. Como consequência, influenciou na criação da primeira Escola de Educação Física do Brasil, a Escola de Educação Física da Polícia Militar de São Paulo (EEFPM) (RIBEIRO, 2009). O primeiro curso implantado foi o Curso de Esgrima e Ginástica, sob o comando e direção do Capitão da MMF, Delphin Balancier. Em 1912, o recém-chegado Capitão Louis Lemaître, diplomado pela Escola de Joinville-le-Point, assumiu a Direção do Curso de Ginástica (DACOSTA, 2005).

Outra grande influência para a propagação do Método Francês tem relação com a criação do Centro Militar de Educação Física (CMEF), destinado a dirigir, coordenar e difundir o novo método de Educação Física militar. Os oficiais da MMF tiveram participação significativa, desde a sua concepção, passando pela seleção e recrutamento até a direção dos cursos para Instrutores e Monitores oferecidos aos oficiais e sargentos do EB (MARINHO, s/a). Posteriormente, o CMEF viria se tornar a Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx).

Conforme Faria Junior (2014), no âmbito civil, a grande reforma experimentada pelo ensino secundário, com a obrigatoriedade da Educação Física para todas as classes, aderiu ao Método Francês, adotado pelo Ministério de Educação e Saúde por intermédio da Portaria Ministerial de 1931.

Mesmo tendo sido adotado de forma oficial no Brasil, o Método Francês sofria a concorrência de outros sistemas europeus de Ginástica, principalmente, do Método

Sueco e da Calistenia, bem como, “não se fez sem críticas que partiam da ressalva de que era necessária a criação de um *Método Nacional de Educação Física*” (*ibid*, p.18).

Marinho (s/a, p.41) declara que “o primeiro brado a favor da implantação da ginástica sueca em nosso país” decorreu dos famosos Pareceres de Rui Barbosa, de 1882. Nestes, postulou argumentos em defesa do Sistema Sueco para o sexo masculino e da Calistenia para o feminino. Esta última, posteriormente, seria bastante difundida pela Associação Cristã de Moços (ACM), fundada em 1893, no Rio de Janeiro, a primeira da América Latina. Em 1897, a ACM inicia as suas aulas de Ginástica, baseada no Método Calistênico (HIDAKA; SEGUI in DACOSTA, 2005).

Grande estudioso da Educação Física e da própria Ginástica, Marinho (1982), que fazia parte de um grupo que aspirava a criação e consolidação de um Método Nacional de Educação Física, apresentou a proposta de uma Ginástica Nacional baseada nos movimentos da Capoeira, atividade historicamente tipicamente brasileira e, epistemologicamente, de múltiplo entendimento: um misto de exercício físico, arte, luta e dança. Aspirava, principalmente, a adoção do seu método nas escolas. Inezil criou e divulgou, mas, apesar dos elogios e reconhecimento ao seu trabalho, por motivos diversos, não conseguiu a aceitação e consolidação do seu método.

Para além da formação de Instrutores nas escolas militares, “novos instrutores eram formados também na antiga Escola Normal da Corte”, entre eles, um se destacaria, Arthur Higgins (MAGALHÃES, 2005, p.91) que, em 1896, publicaria *Compêndio de Ginástica e Jogos Escolares*, livro adotado pela Escola Normal e pelo Ginásio Nacional, ambos na capital. Este estudo, bem como o manual de Pedro Manuel Borges (*Manual Teórico-Prático de Ginástica Escolar*), contribuiu para a disseminação da Ginástica Sueca nos escolas civis do Brasil (MARINHO, s/a).

Lima (2012) declara que o ensino da Educação Física nesse período baseava-se nos métodos europeus, em especial, o sueco, o alemão e o francês, que se sustentavam em

princípios biológicos. “Faziam parte de um movimento mais amplo, de natureza cultural, política e científica, conhecido como Movimento Ginástico Europeu, e foi a primeira sistematização científica da Educação Física no Ocidente” (*ibid*, p.152).

Com a expansão da atividade física para a sociedade civil, a necessidade de uma melhor formação em Educação Física ficou latente. Conforme Grunennvaldt (2006, p.8), “na década de 1930, as discussões em torno da Educação Física eram acaloradas, época marcada pelas preocupações que personalidades, ligadas a instituições educacionais, destinavam ao trato das questões afetas à formação, organização e difusão da Educação Física, num país que pretendia se industrializar e que apresentava um contingente populacional bastante heterogêneo, precisando ser organizado à luz do progresso”.

Na Revolução de 30, que levou Getúlio Vargas à chefia do Governo Provisório, a Educação Física assume status diferenciado no Governo Vargas, fazendo parte de ações governamentais sistemáticas, tornando-se uma área específica do Ministério da Educação e Saúde (ALMEIDA, 2010). Nessa direção, em 1933, nos primeiros anos da Era Vargas, surge a Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), que pode ser considerada como a célula-mãe na formação de profissionais de Educação Física no País (MAGALHÃES, 2005, p.93).

Grunennvaldt (2006) destaca que o VII Congresso Nacional de Educação realizado no Rio de Janeiro, em 1935, foi um momento estratégico, neste sentido. Neste, a Educação Física recebeu destaque, onde uma Comissão composta por sujeitos da esfera civil e militar foi criada para discutir questões fundamentais ao destino da formação em Educação Física. “As conclusões extraídas das teses sobre a organização de institutos ou escolas de Educação Física do VII Congresso Brasileiro de Educação apontavam que ficaria a cargo do Governo a criação de uma Escola Normal de Educação Física, anexada à Universidade do Rio de Janeiro, articulada com a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, a ser criada” (*ibid*, p.09).

Assim, em 1938, a EsEFEx cria um curso de emergência visando a formação de Ins-

trutores que, ao se formarem, juntaram-se a alguns militares, médicos e destaques esportivos da época para formar o que seria o primeiro corpo docente da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) da Universidade do Brasil, criada em 1939 (MAGALHÃES, 2005), atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Decididamente, a década de 30 foi rica em eventos decisivos para os rumos da Educação Física. Em decorrência do contexto político no cenário internacional, com a ascensão das ideologias fascistas e nazistas, essa década presencia o ‘retorno’ do ideário eugenista, com certa força, visitando as instituições militares de todo o mundo, também no Brasil, que por intermédio do EB experimentou “um movimento em prol do “ideal” da Educação Física que se mesclava aos objetivos patrióticos e de preparação pré-militar” (LIMA, 2012, p.152).

Com efeito, em seu trabalho, Corrêa (2013) relata que esse ideal está presente em todos os números da *Revista de Educação Física do Exército*, entre os anos de 1932 a 1939, deixando evidente um princípio básico que orientava as suas matérias: “o princípio da cientificidade na promoção de uma nacionalidade racional pelo aperfeiçoamento da raça. Por isso, há uma veiculação ideológica de exaltação à supremacia da raça calcada em princípios científicos da ciência moderna” (*ibid*, p.187).

Em função do contexto bélico dessa década e do êxito das operações militares norte-americanas na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a proposta de treinamento físico militar dos Estados Unidos da América (EUA) ganha evidência, despontando em seu modelo o seu método de treinamento fundamentado nas bases da Calistenia (RIBEIRO, 2009).

Todavia, o discurso eugenista não conseguiu se sustentar durante muito tempo, frente aos fortes objetivos higiênicos e de prevenção de doenças, obviamente, muito mais afins ao contexto educacional (LIMA, 2012).

As escolas de formação em Educação Física e as ofertas públicas e privadas de cursos especiais de treinamento promoveram a consolidação de alguns métodos já desenvolvidos no País, bem como, a apresentação de novas metodologias, produzindo novos conhecimentos e possibilidades de inter-

venção na área. Na metade do século XX, “a Calistenia fazia parte do currículo da Escola Nacional de Educação Física, considerado “currículo padrão” para as demais Escolas de Educação Física existentes no País” (FARIA JUNIOR, 2014, p.19), assim como, o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo empreendeu iniciativa convidando palestrantes internacionais, professores dos países europeus, que trouxeram a Ginástica Moderna Sueca, a Ginástica Natural Austríaca e a Ginástica Desportiva Generalizada (BARROS, 1998). Desde então, a ampliação do espectro de métodos ginásticos europeus em solo brasileiro cresceu significativamente, alcançando os diferentes espaços destinados à prática da Ginástica.

Praticada nas ACMs e nas Escolas Americanas, criadas em nosso País, pelos filhos de diplomatas que serviam à ACM e à Marinha do Brasil (MB), e inserida na estrutura curricular dos Cursos de Educação Física das Escolas de Educação Física do Brasil, a Calistenia, em seu novo formato metodológico, a *Nova Ginástica*, ganhou prestígio e penetração nas aulas de Ginástica realizadas em escolas e clubes sociais (MARINHO, 1953; MARINHO, s/a).

Paralelamente, entre as décadas de 30 e 40, surgiu um novo modelo de espaço destinado à prática de atividades físicas. Inicialmente nominados de ginásios, estúdios ou escolas, com o passar do tempo, as academias de ginástica, sua denominação atual, (CAPINUSSÚ in DACOSTA, 2005), absorveram os diversos Métodos Europeus de Ginástica, especialmente a Ginástica Sueca e a Calistenia, mais ainda essa última (NOVAES, 1991).

A Calistenia foi o método que mais influenciou a Ginástica praticada nas Academias de Ginástica do Rio de Janeiro. Na década de 70, os exercícios calistênicos tiveram o seu espectro de possibilidades ampliado, na medida em que novos recursos de Ginástica foram adicionados às aulas. Com o passar dos anos, as aulas de Ginástica foram ganhando um novo formato. Influenciada pelas metodologias de treinamento com pesos (atualmente, comumente conhecida como Musculação), esse novo modelo passou à denominação de Ginástica Localizada (exercícios realizados com

o peso corporal e com sobrecarga), atividade tipicamente carioca que influenciou o segmento de atividades físicas nas Academias de Ginástica de todo o Brasil, até os nossos dias (COSTA, 1996; COSTA, 1998).

Na década de 80, a Ginástica Aeróbica invadiu as terras brasileiras, ampliando as possibilidades metodológicas da Ginástica. Esse movimento decorreu do sucesso do Método Cooper, criado pelo médico Dr. Kenneth H. Cooper, na década de 60. Com a publicação e popularização do seu livro *Aerobics*, em 1968, que versava sobre a sua pesquisa desenvolvida com marinheiros norte-americanos. Buscando proporcionar melhorias físicas nas Forças Armadas norte-americanas, Cooper acabou dando destaque às atividades aeróbicas, que acabaram por ganhar a população, que passou a praticar o *jogging* (corrida) (CEAS e col., 1987).

Com o objetivo de potencializar os resultados aeróbicos dos seus alunos, Jack Sorensen divulga o seu *Aerobic Dancing*, em 1971, utilizando passos simples coreografados de dança ao ritmo da música, estimulando a continuidade dos movimentos com vistas ao desenvolvimento do componente aeróbico. No final da década de 70, Jane Fonda apresentou um programa denominado *Workout*, que mesclava saltitamentos (exercícios que simulam marcha e corrida, e suas variações de movimentos) com exercícios localizados (NOVAES, 1991). Essas novas metodologias de Ginástica foram absorvidas rapidamente e alcançaram grande sucesso nas Academias de Ginástica dos EUA. Na década de 80, chegaram ao Brasil por intermédio dos grandes Congressos de Educação Física que militavam com este novo mercado, denominado *Fitness*. Aqui chegando, rapidamente, a Ginástica Aeróbica foi adotada pelas Academias de Ginástica do Brasil, que experimentavam grande crescimento a partir deste período, e incorporada como última grande contribuição que representou quebra de paradigma na Ginástica.

Posteriormente, novas possibilidades de atividades aeróbicas surgiram, algumas como variações metodológicas da Ginástica Aeróbica, outras, decorrentes da utilização de novos recursos materiais, onde destacamos o *Step Training*, o *Jump*, o *Cycling Indoor* e o *Running*.

Como desenvolvimento dos estudos e pesquisas na área de Educação Física e afins, *“estimulado pelo movimento em favor da Educação Física como área acadêmica”*, iniciado em 1964, nos EUA (BARROS, 1998, p.14), para além das mudanças e controvérsias que ocorreram dentro da área, novos conteúdos e conceitos foram desenvolvidos e incorporados na Educação Física e, conseqüentemente, na prática da Ginástica, ampliando os entendimentos iniciais eugenista e higienista, que carregava, com novas propostas que visitaram sua práxis: esportista, na década de 70; da aptidão física, na década de 80 e da cultura corporal, na década de 90, até os mais recentes de saúde e bem-estar.

Exceto o ideário eugenista, fortemente marcado pelo objetivo de melhorar a raça e colocar em destaque a sua nação em relação aos outros países, estimulado pelos governos dos países nos quais foram criados esses métodos, fato notadamente observado em muitos dos métodos do Movimento Ginástico Europeu, atualmente, desfrutamos da possibilidade multicultural de concepções, finalidades e objetivos presentes na Ginástica que, a bem da verdade, pela riqueza histórica e sua presença intimamente relacionada à história da humanidade, deveria ser elevada à categoria de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, pela UNESCO.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História da Ginástica e, conseqüentemente, da própria Educação Física institu-

cionalizada no Brasil se confunde com a dos militares. Sua introdução, à época do Império, dá-se a partir da chegada da Corte Portuguesa em nossas terras. Em sua permanência no Brasil, D. João VI, o Príncipe Regente, implanta diversas Instituições importantes visando o desenvolvimento da Colônia, em sua preparação para o seu processo de Independência, dentre essas, a Academia da Marinha e a Escola de Medicina viriam ser protagonistas no processo de implantação da Ginástica, inicialmente, apenas no âmbito militar para, num segundo momento, se inserir no educacional.

Durante mais de um século e meio, os ideários eugenistas e higienistas predominaram, contribuindo para a lenta difusão da Ginástica. Apenas a partir da metade do século XX, em função do desenvolvimento científico e tecnológico experimentado, é que a Ginástica desfrutou de um desenvolvimento mais célere e amplo, ao incorporar novos métodos e ampliar o seu acervo, todos aqueles que mereceram posição de destaque, ainda eram oriundos da esfera militar ou médica.

Por fim, podemos compreender que somente nas décadas finais do século XX, marcadamente pela iniciativa no campo civil, a Ginástica conseguiu se “desvincular” da produção médica-militar para a produção endógena, quer seja, dentro da própria área e realizada por profissionais de Educação Física, para que pudesse atender às suas próprias expectativas conceituais, como também, às demandas decorrentes do desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A.J. História da Educação Física no Exército Brasileiro: História do Corpo e Formação do Estado. *Revista História do Esporte*, Volume 3, n. 2, dezembro de 2010.

ARANTES, A.C. A História da Educação Física Escolar no Brasil. *Revista Digital* – Buenos Aires – Ano 13, n. 124, Setiembre de 2008. Disponível em: <http://www.efdeportes.com>.

BARROS, J.M.C. *Preparação Profissional em Educação Física e Esporte*: Propostas dos Cursos de Graduação. Motriz, v.4, n.1, junho/1998.

BETTI, M. *Educação Física e Sociedade*. São Paulo: Movimento, 1991.

BOUÇAS, R.M.; RABELO, A.S.; LACERDA, R.F. Polícias Militares do Brasil – Atividades Físicas e Esportivas. In: DACOSTA, L.P. (Organizador). *Atlas do Esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: Shape Editora, 2005.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: Educação física* / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 96p.

CANCELLA, K.B. O esporte e a Marinha do Brasil: primeiras aproximações e a institucionalização da prática esportiva através da criação da Liga de Sports da Marinha. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

CANCELLA, K.B.; SANTOS, L.J.M. Para o “desenvolvimento físico do pessoal da Armada”, institucionaliza-se o esporte: análises sobre as primeiras aproximações da Marinha do Brasil com as práticas esportivas e o processo de fundação da Liga de Sports da Marinha. *Navigador Journal*, 09/2012; 1(15):101-113).

CARDOSO, T.F.L. A construção da escola pública no Rio de Janeiro imperial. *Revista Brasileira de História da Educação* n. 5 jan./jun., 2003.

CAPINUSSÚ, J.M. Academias de Ginástica e Condicionamento Físico – *Origens*. In: DACOSTA, L.P. (Organizador). *Atlas do Esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: Shape Editora, 2005.

CASTELLANI FILHO, L. *Educação Física No Brasil: a História que não se conta*. São Paulo: Papirus, 1988.

CEAS e col. *Ginástica Aeróbica e Alongamento*. São Paulo: Manole, 1987.

COLONIA, A. *Introdução das atividades gymnasticas na Marinha do Brasil*. *Revista Marítima Brasileira*, 4º bimestre de 1910, p. 7-16. Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha – DPHDM.

CORRÊA, R.L.T. Cultura, material escolar e formação de professores: como disciplinar o corpo – imagens e textos. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 49, p. 183-205, jul./set. 2013. Editora UFPR.

COSTA, M.G. *Ginástica Localizada*. Rio de Janeiro: Sprint Editora, 1996.
_____. *Ginástica Localizada: grupos heterogêneos*. Rio de Janeiro: Sprint Editora, 1998.

CUNHA JUNIOR, C.F.F. O Processo de escolarização da Educação Física no Brasil: reflexões a partir do Imperial Collegio de Pedro Segundo (1841-1881). Revista *HISTEDBR* On-line, Campinas, n.30, p.59-83, jun.2008.

DACOSTA, L.P. (Organizador). *Atlas do Esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: Shape Editora, 2005.

DARIDO, S.C. E RANGEL, I.C.A. *Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2005.

FARIA JUNIOR, A.G. Os currículos de Educação Física e o ensino por unidades didáticas. *Corpus Sci*. Rio de Janeiro, v.10, n.2, p.16-32, jul/dez. 2014.

GARRIDO, F; LAGE, A. O Esporte na Marinha do Brasil. In: DACOSTA, L.P. (Organizador). *Atlas do Esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: Shape Editora, 2005.

GÓIS JÚNIOR, E. Ginástica, higiene e eugenia no projeto de nação brasileira: Rio de Janeiro, século XIX e início do século XX. *Movimento*, Porto Alegre, v.19. n.1, p.139-159, jan/mar de 2013.

GONDRA, J.G. Medicina, Higiene e Educação Escolar. In: LOPES, E.M.T.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G. (Orgs.). *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 519-550.

GRUNENVALDT, J.T. Os militares e a construção das condições para criação de escolas para formação de profissionais de educação física: um caso de revolução passiva. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2006, Goiânia. Anais. Goiânia: Sociedade Brasileira de História da Educação, nov. 2006.

HIDAKA, M.K.; SEGUI, A.C. Associação Cristã de Moços no Brasil – ACM. In: DACOSTA, L.P. (Organizador). *Atlas do Esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: Shape Editora, 2005.

LIMA, R.R. *Para compreender a História da Educação Física*. Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/MS, v.2, n.5, p.149-159, maio/ago, 2012.

MAGALHÃES, C.H.F. *Breve Histórico da Educação Física e suas tendências atuais a partir da identificação de algumas tendências de ideais e ideias de tendências*. Maringá, v.16, n.1, p.91-102, 1º sem. 2005.

MARINHO, I.P. *Sistemas e Métodos de Educação Física*. Brasília: Cia. Brasil Editora, 1953.

_____. *História da Educação Física no Brasil*. Rio de Janeiro: Cia. Brasil Editora, s/a.

_____. *Rui Barbosa: Paladino da Educação Física no Brasil*. Brasília: Horizonte Editora Ltda, 1980.

_____. *A Ginástica Brasileira*. Brasília: Congresso Mundial da Associação Internacional de Escolas Superiores de Educação Física, Comunicação técnico-científica, 1982.

MELO, V A. *Escola Nacional de Educação Física e Desportos – Uma Possível História*. Campinas, SP, 1996. [Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas].

MOACYR, P. *A Instrução e o Império – Subsídios para a História da Educação no Brasil: 1823 – 1853*. 1º Volume. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

MORMUL, N.M.; MACHADO, M.C.G. Rui Barbosa e a Educação Brasileira: os Pareceres de 1882. *Cadernos de História da Educação* – v. 12, n.1 – jan./jun. 2013.

NOVAES, J.S. *Ginástica em Academia no Rio de Janeiro: Uma Pesquisa Histórico-Descri-tiva*. Rio de Janeiro: Sprint Editora, 1991.

RAMOS, J.J. *Os exercícios físicos na história e na arte*. São Paulo: Ibrasa. 1982.

RIBEIRO, A.M. Contribuições da Missão Militar Francesa para o desenvolvimento do Desporto no Exército Brasileiro. *Revista de Educação Física 2009*: 40-47. Rio de Janeiro (RJ) – Brasil.

SOEIRO, R.S.P.; PINHEIRO, R. Escola de Educação Física do Exército – EsEFEx. In: DA-COSTA, L.P. (Organizador). *Atlas do Esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: Shape Editora, 2005.

SOUZA, E. P. M. *A busca do autoconhecimento através da consciência corporal: uma nova tendência*. Dissertação do Mestrado em Educação Física, Faculdade de Educação Física – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

TESCHE, L. Cluster esportivo do Rio Grande do Sul – Clubes Turnen. In: DACOSTA, L.P. (Organizador). *Atlas do Esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: Shape Editora, 2005.

TUBINO, F.M.; GARRIDO, F.A.C.; TUBINO, M.J.G. *Dicionário Enciclopédico Tubino do Esporte*. Rio de Janeiro: SENAC Editoras, 2007.